

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 27/05/2019	Coluna: Economia



## BOLSONARO ANUNCIA UM ACRÉSCIMO DE R\$ 4 BILHÕES AO FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORDESTE (FNE)



27 Maio, 2019

O Presidente JAIR Bolsonaro anunciou durante sua primeira viagem oficial ao Nordeste um acréscimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). O fundo é um dos três constitucionais criados para implementar a política de desenvolvimento entre áreas do País. Bolsonaro também teve um encontro com governadores onde falou sobre a importância da aprovação da reforma da previdência.

O presidente fez um apelo e disse ser um desafio de todos, independentemente dos partidos, para recuperar a economia brasileira. “Faço um apelo aos senhores governadores do Nordeste. Nós temos um desafio pela frente, que não é meu, é também dos senhores governadores e senhores prefeitos, independentemente da questão partidária, é a reforma da Previdência, sem a qual não podemos sonhar em botar em prática parte do que nós estamos acertando aqui neste momento”, disse Bolsonaro durante reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em Recife.

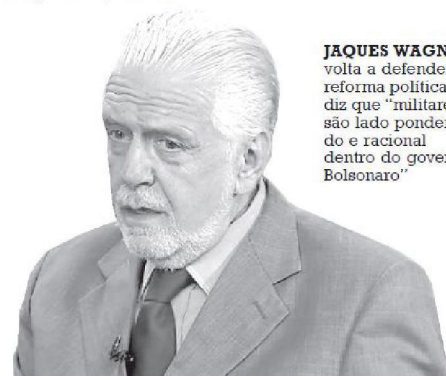
Segundo Bolsonaro, com a aprovação da reforma previdenciária será possível “sonhar com uma economia que rode a máquina”, e através dela o país pode receber “recursos até de fora do Brasil para colocarmos o Brasil no rumo do verdadeiro desenvolvimento”. O presidente também reiterou esperar que o Congresso não faça mudanças na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência enviada pelo governo, mas disse ser “mais do que um direito” dos parlamentares fazer alterações que acharem adequadas.

Bolsonaro citou ainda o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que disse ser importante para ajudar as populações mais carentes a conseguirem moradias, como no caso do Nordeste. Segundo ele, a Caixa, responsável pelos financiamentos do programa, “não tem medido esforços” para mantê-lo vivo. Antes de sua fala Bolsonaro ouviu cobrança do prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), por um pacto federativo para ampliar o repasse da União de recursos a governos municipais e estaduais. (TB)

# Tribuna

O senador Jaques Wagner (PT) evitou falar sobre uma possível candidatura do governador Rui Costa à Presidência da República em 2022, mas ressaltou que, se a discussão aparecer dentro do PT, ele irá apoiar o correligionário. “As pessoas vão se qualificando e há um reconhecimento que a gestão de Rui é austera, como deve ser em crise fiscal. É uma gestão que tem dado um saldo positivo. Óbvio que ele é um cara que está na lista dos competentes. É jovem. E acho que não é hora de pensar nisto, até porque o PT está debruçando em questões mais importantes, como é a questão do Lula. Mas evidentemente que, se o nome dele aparecer dentro do PT, terá o meu total aplauso”, declarou, em entrevista exclusiva à **Tribuna**. Wagner voltou a criticar o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), mas descartou apoiar um eventual impeachment do capitão da reserva. “O atalho que fizeram para tirar o PT do poder foi o impeachment da Dilma, que está cobrando o seu preço caro. É óbvio. Eu não vou propor o que os outros propuseram para me livrar de um presidente inconveniente, que não consegue responder o que o Brasil quer. Não vou usar da mesma arma. Na minha opinião, isso não funciona”, pontuou. Para o senador petista, os militares do governo têm sido o “lado ponderado e racional dentro do governo”. Wagner voltou a defender uma reforma política no país. “As regras brasileiras já foram para o saco. Tudo bem que não vai ter mais coligação, mas tem que mudar muita coisa. Tem que parar com o comércio do tempo de televisão. O tempo de televisão é do partido que apresentar candidato. Eu acho que tem que ter coincidência das eleições. O Brasil não aguenta em dois em dois anos uma eleição. Estou falando de três coisas que pudessem arrumar o quadro político partidário. Com trinta partidos ou mais, eu não vejo nenhum futuro positivo para o país. Se não tiver reforma política, vamos ficar claudicante o tempo todo”, ressaltou.

“Não vou propor o impeachment que os outros propuseram para me livrar de um presidente inconveniente”



**JAQUES WAGNER** volta a defender reforma política e diz que “militares são lado ponderado e racional dentro do governo Bolsonaro”

## Tribuna – Como o senhor avalia o início do governo Bolsonaro?

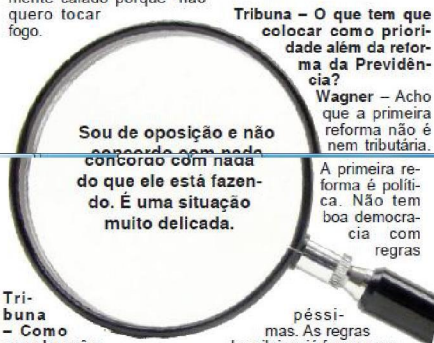
**Jaques Wagner** – Acho que era o esperado de uma pessoa que não tinha um projeto para o Brasil. Não tinha uma equipe. E que se elegeu em uma onda de negação da política. Era uma revolta da população contra uma política que não resolvia a vida das pessoas. Isso embolou com o combate à corrupção. Então, alguém que se elegeu sem partido, que o partido (PSL) existe pós-eleição, sem projeto e sem equipe, era de se esperar que tivesse problema. Confesso que surpreende o volume de problemas. Acho que a preocupação dele é manter uma parte do eleitorado que é dele. Então, fica sempre na criação de fatos, de factoids para deixar alimentado. Escolheu o combate contra a classe política, contra o Congresso como forma de dizer que “não estão me deixando governar”. Mas a verdade é que está fechando cinco meses e ninguém conhece nenhum projeto mais objetivo. Estou muito preocupado. Eu conheço empresários que eu diria que não estão arrependidos, mas que já viram que o caminho não era o que eles queriam. O país está em numa rota de não crescimento econômico e desorganização institucional total. Qual é a saída institucional que tem? Ninguém aqui vai pregar golpe, quando digo golpe é pregar o impeachment.

## Tribuna – Já há espaço para discutir impeachment hoje?

**Wagner** – Repare, eu digo sempre que a democracia não pode ser feita por atalhos. Todo atalho na democracia vai cobrar seu preço adiante. O atalho que fizeram para tirar o PT do poder foi o impeachment da Dilma, que está cobrando o seu preço caro. É óbvio. Eu não vou propor o impeachment que os outros propuseram para me livrar de um presidente inconveniente, que não consegue responder o que o Brasil quer. Não vou usar da mesma arma. Na minha opinião, isso não funciona. Renunciar não sei se é do perfil dele. Ao contrário, ele tem mais o perfil de se encastelar e ficar digladiando, a exemplo do chamamento que fez para o domingo. Ele vai se apegar em alguma coisa. Alguns pregam o parlamentarismo, mas eu acho que é outro atalho. Pode até ter uma discussão sobre isso. Mas tem que preparar para a próxima (eleição). Não pode mudar no meio do mandato de alguém. Eu pessoalmente não me como se for formada essa frente.

## Tribuna – Qual a avaliação do senhor sobre a reforma da Previdência?

**Wagner** – Eu acho que eles podem conquistar porque tem, em tese, maioria. Eles, segmentos da imprensa, de empresários, estão vendendo uma ilusão de que vai melhorar tudo. É uma mentira isso. O que eles estão prometendo não vão aprovar nunca. Em tese, tem uma imagem de que o governo tem uma maioria e por isso daria credibilidade para os investidores. Mas não acho que vai chover aqui (investimentos), porque todos os países estão disputando investimento estrangeiro. Os Estados Unidos estão com uma política que, do ponto de vista do povo americano, está correta, que é de preservar os seus empregos. Estão com uma taxa de emprego baixíssima. Tem os chineses que querem investir, mas como o presidente resolve fazer política externa ideológica, espero que ele não atrapalhe. Até o vice-presidente (Hamilton Mourão) foi lá fazer uma visita. O vice-presidente está cumprindo o papel de contraponto. Não sei se combinado. Às vezes, a gente acha que ninguém raciocina lá dentro. Ele deve raciocinar, porque o cara virou presidente da República. Então, de repente, o jogo é combinado. Estou extremamente preocupado. Tanto que estou relativamente calado porque não quero tocar fogo.



## Tribuna – Como o senhor vê a relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional? E uma relação que preocupa pela falta de diálogo?

**Wagner** – Diálogo até tem. Só que não cumpre. A crise é maior com a Câmara do que com o Senado. Essa crise com a Câmara é oriunda de um acordo que ele fez, de dividir os ministérios. Ele se comprometeu com o presidente da Câmara na presença de outras pessoas. E dois, três dias depois ele disse que não ia mais cumprir. Então, não tem política nem nova nem velha que funcione sem cumprimento de acordo. Faz um compromisso e depois não cumpre. Qual a credibilidade que tem? Nenhuma. Por que eu acho que ele voltou atrás? Porque acho que ele precisa continuar mantendo o eleitorado mais puro sangue dele. Assim como disse que os 47 milhões (de votos) que Haddad teve não são nosso, ele sabe que os 57 milhões não são dele. Tanto que a desaprovação dele já ultrapassou a aprovação. O que ele vai fazer agora? Se ape-

gar ao último reduto dele. É isso. Por isso que aumentou essa crise.

## Tribuna – Essas idas e vindas criam uma insegurança jurídica em todo o país?

**Wagner** – Total. A insegurança jurídica já havia desde que deram uma rasteira na Dilma. Esse país botou no chão o que há de mais sagrado que é o respeito ao voto popular. Foi ridículo o impeachment da Dilma. Metade dos que votaram já estão arrependidos. Primeiro que metade não está lá mais. Foram varridos do mapa como sempre acontece. A rua é feita de pessoas que observam a cena política. E a rua sabe quem está jogando para a torcida. A instabilidade dele bota o Brasil sendo visto de uma forma muito ruim lá fora. Acho um dos piores momentos que já vivi na política nacional, porque as pessoas estão com a lanterna na mão procurando o caminho. Poucos acreditam que ele tenha alguma coisa para dar ao Brasil. E aí fica se perguntando: vai se suicidar? Não acho que ele tenha essa coragem. Vai renunciar? Não sei. Vai fazer impeachment? Todo mundo está assim: acabamos de sair de um vai entrar em outro?

## Tribuna – O que tem que colocar como prioridade além da reforma da Previdência?

**Wagner** – Acho que a primeira reforma não é nem tributária.

A primeira reforma é política. Não tem boa democracia com regras

pessimistas. As regras brasileiras já foram para o saco. Tudo bem que não vai ter mais coligação, mas tem que mudar muita coisa. Tem que parar com o comércio do tempo de televisão. O tempo de televisão é do partido que apresentar candidato. Eu acho que tem que ter coincidência das eleições. O Brasil não aguenta mais de dois em dois anos uma eleição. Estou falando de três coisas que poderiam arrumar o quadro político partidário. Com trinta partidos ou mais, eu não vejo nenhum futuro positivo para o país. Se não vier reforma política, vamos ficar claudicantes o tempo todo.

## Tribuna – A presença dos militares coloca em risco os avanços democráticos do país?

**Wagner** – Não acho que os militares estão dispostos a nenhuma aventura autoritária tocada por eles. Não acho que hoje exista unidade nas forças. As forças entraram porque se sentiram prestigiadas, mas os que estão entrando são os mesmos que expulsaram ele das forças da época. Os governos do

## ENTREVISTA

PT foram os que mais prestigiaram e profissionalizaram as forças armadas. Isso é inquestionável, seja do ponto de vista de salário, de estrutura. Mas, a despeito disso, sinto que criou uma coisa anti-PT. E, portanto, pelo antipetismo abraçaram isso aí. Mas ele não foi lançado pelas forças. Se tiver que escolher um candidato dos militares, não seria ele. Acabaram que embarcaram no governo dele. Provavelmente, podem se identificar com os hábitos, porque na média são mais conservadores. Mas não são pregadores do ódio como ele vive pregando. Muitas vezes, os militares têm sido o lado ponderado e racional dentro do governo. Mas não tem hoje um pensamento único dentro das forças sobre o desenrolar das coisas.

## Tribuna – Como vê a situação hoje do ex-presidente Lula?

**Wagner** – Se não quiserem fazer mais violência contra o estado democrático de direito, ele tem que sair. Teve a pena reduzida, a despeito de que o crime até agora, na minha opinião, não foi comprovado. Hoje está muito claro que a prisão dele foi política. Ele ainda, vai continuar lutando para provar a sua inocência. Essa é a minha

previsão, mas como tem a crueldade do grupo de lá, não sei o que pode acontecer.

## Tribuna – Como o senhor avalia o ódio ao PT que existiu ao longo da campanha? E o que o partido precisa fazer para se reinventar?

**Wagner** – Eu não concordo com essa afirmação no todo. Eu acho que localizado e pontualmente isso teve. 10% da população ou menos vota ideologicamente. 90% vota em prosperidade. O que é o pensamento normal de uma família? Quero meus filhos na universidade, trabalhando, tendo tranquilidade. As pessoas votam nisso. Rui foi, por exemplo, o governador mais votado na história da Bahia pelos belos olhos, pelo discurso? Não. Foi pelo reconhecimento do trabalho que foi acumulado. Fui o senador mais votado da história por gratidão e reconhecimento. Então, não posso falar de ódio ao PT aqui, no Piauí, no Ceará e não posso falar de ódio ao PT no Rio Grande do Norte, onde a gente acabou de ganhar. Como o Nordeste foi o mais fortemente beneficiado por todos os nossos projetos de diminuição da desigualdade, há um reconhecimento. Mesmo nos locais onde era mais agudo o ódio, as informações que me passam é de que isso diminuiu muito. Provavelmente, o desempenho des-

te governo é muito fraco. Provavelmente, porque viu denúncias de corrupção atravessando diversas siglas partidárias. Mas a gente tem que sempre renovar. Estou fazendo essa pregação. O pessoal continua dizendo que sou um ponto de unidade no grupo para 2022, que acho que está muito longe. Não é o meu planejamento. Poderá ser se for um ponto para manter (o grupo). Não vou deixar esse grupo desfazer. Mas acho que a gente tem que olhar para moçada de 40 e poucos, de 50 anos. Acho que o PT tem que continuar se oxigenando. Uma cabeça nova pode ter o mesmo idealismo, mas vai operar de maneira diferente. O idealismo de Rui é o mesmo meu, mas ele opera de um jeito e eu de outro.

## Tribuna – O movimento de Rui Costa com os governadores do Nordeste deu uma visibilidade maior a ele. Isso o coloca na conta do PT para 2022?

**Wagner** – Acho que está muito precipitado. O governador está muito preocupado em governar. E com a eleição imediata que é de prefeito. Não é a eleição dele, mas irá se preocupar em fazer seus aliados prosperarem neste processo eleitoral. Creio que ele entra

## Tribuna – Que leitura o senhor faz da sucessão de Salvador no próximo ano? Qual deve ser o perfil do candidato do governador?

**Wagner** – Acho que está mais ou menos claro de que o atual prefeito deve indicar uma pessoa para fazer o seu sucessor. Acho que tem muita água para rolar sobre quem eles vão se articular, sobre quem será o vice. Não acho que ele saiu fortalecido do episódio do governo, porque ele teve problemas internos na condução da eleição. Mas isso não é problema meu. É dele. Parece que já tem uma coisa carimbada de que o vice atual será o candidato. A conferir, porque em 2018, sem fazer pida, o candidato até o dia 6 ou 7 de abril era ele. E depois não era mais. Prefiro não fazer aposta. Mas tudo indica que será o vice. E, do

lado de cá, eu não vejo a obrigatoriedade de a gente ter um candidato. A eleição é de dois turnos aqui em Salvador. Onde não é dois turnos a gente tem que se preocupar. A existência de segundo turno deixa liberadas as pessoas. Se tiver um candidato só, tudo bem. A gente tem que encarar qual é o projeto que tem para Salvador. E se tiver dois, três, quatro candidatos, a gente chega no segundo turno com o compromisso de se ajudar. Sobre o perfil, eu continuo pregando a renovação. Que não é só a renovação de ideias. Estou falando de renovação de idade também, porque o pique é outro. Tem que ser alguém que conheça a cidade. Tem que ser plural. Não dá para pregar ódio dentro de Salvador. Temos a convergência de raças, etnias. Agora, eu não estou atrás de um nome.

## Tribuna – Como o senhor vê a crítica de que está conduzindo uma oposição menos ofensiva ao governo Bolsonaro? Havia uma expectativa de que o senhor estaria na linha de frente da artilharia...

**Wagner** – Depois da eleição, é melhor esperar os fogos de São João. A mim não me incomoda nem um pouco. Mesmo quando enfren-

## Tribuna – Como tem funcionado o grupo de anções, como tem chamado os conselheiros ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre?

**Wagner** – Cada vez mais necessário. O conselho dos anções não foi formado para aconselhar o presidente Davi, que tem sido uma pessoa que tem me surpreendido positivamente. Não o conhecia. Mas me parece que tem maturidade e equilíbrio para conduzir o Senado no momento muito complicado. O conselho foi por causa deste ambiente muito nebuloso, tenso que virou a Presidência da República. Ele (Davi Alcolumbre) gosta de ouvir e tem chamado para conversar.

## Tribuna – Que mensagem o senhor deixa para o povo baiano?

**Wagner** – Deixo uma mensagem de muita preocupação. Acho que tenho otimismo, porque se eu não tiver, desisto de ficar na política. Mas, neste momento, o meu pensamento é de altíssima preocupação, com o país, com o povo. **Colaboraram:** Guilherme Reis e Rodrigo Daniel Silva



## JAQUES WAGNER

Veículo: Política Livre	
Data: 27/05/2019	Caderno: Economia



## Projeção de crescimento da economia em 2019 cai pela 13ª vez seguida

O mercado financeiro segue reduzindo a estimativa de crescimento da economia este ano. Pela 13ª vez seguida, caiu a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Desta vez, a estimativa foi reduzida de 1,24% para 1,23%. Para 2020, a projeção foi mantida em 2,50%, assim como para 2021 e 2022. Os números são do boletim Focus, publicação semanal elaborada com base em perspectivas de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos. O boletim é divulgado às segundas-feiras, pelo Banco Central (BC). A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi mantida em 4,07% este ano, em 4%, em 2020, e em 3,75%, em 2021 e 2022. A meta de inflação de 2019, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022. Para controlar a inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,50% ao ano até o fim de 2019. Para o fim de 2020, a projeção permanece em 7,25% ao ano. Para o fim de 2021, a previsão foi mantida em 8% ao ano e para o final de 2022, segue em 7,50% ao ano. A Selic, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada nas negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A manutenção da Selic este ano, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação. Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/05/2019	Caderno: Notícias
Assunto:	Página: --



## Desafios fiscais do governo vão além da Previdência

Foto: Dida Sampaio / Estadão



À beira de um colapso nas contas públicas, já na próxima semana uma PEC flexibilizando a 'regra de ouro' pode ser encaminhada à CCJ

Considerada essencial para garantir a estabilidade das contas do País no médio e longo prazos, a aprovação de uma reforma da Previdência ainda deixará outros desafios fiscais para o governo. Um deles é a “regra de ouro” do Orçamento, que impede a emissão de dívida para pagar despesas como aposentadorias e já tem rombos previstos pelo menos para os próximos três anos. Outro é o teto de gastos que, mesmo com mudanças nas regras de aposentadoria e pensão do País, pode estourar já em 2022. Desrespeitar a regra de ouro seria crime de responsabilidade, passível de impeachment. Para evitar esse desfecho, o presidente Jair Bolsonaro depende, este ano, de um aval específico do Congresso Nacional para o pagamento de R\$ 248,9 bilhões em aposentadorias, benefícios sociais e subsídios agrícolas. Sem a autorização para bancar esses gastos com empréstimos obtidos por meio da emissão de títulos da dívida, os beneficiários ficarão sem o dinheiro. Para evitar esse tipo de situação todos os anos, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) pretende mudar a regra de ouro e estabelecer mecanismos de ajuste quando houver risco de descumprimento. Gatilhos seriam a proibição a reajustes salariais de servidores e a concessão de novos benefícios fiscais. Segundo apurou o Estado, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem sido alertado para a gravidade do problema e pretende dar andamento à PEC. O relator da proposta, deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), pode apresentar seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara já na próxima semana. A proposta tem o apoio do governo. No caso do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação, o risco de rompimento será alto a partir de 2022, calcula a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência, que promete uma economia de R\$ 1,2 trilhão

em uma década, mas só uma parte pequena do impacto é sentida nos primeiros anos de sua vigência. Apesar de reconhecerem a chance de estouro do teto, técnicos do governo avaliam que ainda não é hora de discutir alterações na regra, criada no fim de 2016 e que serviu de âncora para restabelecer a confiança de investidores no País em meio à crise fiscal. A própria norma prevê que, em 2026, o governo poderá propor mudanças por meio de projeto de lei complementar. A necessidade de enviar uma PEC para mexer no teto e fazer caber um pagamento de R\$ 33,6 bilhões para a Petrobrás, devido à revisão de um contrato de exploração de áreas do pré-sal firmado em 2010, pode abrir a porteira para outras mudanças. Em um momento de paradeira na economia e de forte restrição nos gastos, fontes da área econômica admitem que o Congresso pode usar a oportunidade para flexibilizar a norma e “excepcionalizar” despesas que hoje estão sujeitas ao limite. A discussão sobre a “regra de ouro” e teto de gastos é anterior às eleições. O Banco Mundial chegou a defender, em documento enviado aos então candidatos à Presidência, que os investimentos públicos ficassem fora do alcance da regra do teto, uma vez que esse tipo de gasto tem impacto maior na geração de renda do País. Em troca, haveria um ajuste mais duro em gastos obrigatórios como benefícios previdenciários e salários de servidores. As projeções cada vez mais pessimistas para o crescimento do País e o baixo nível de investimentos públicos podem encorajar os parlamentares a levar mudanças adiante. A avaliação de técnicos, porém, é de que qualquer mudança no teto precisaria ser discutida com muito cuidado.

# Tribuna

## Reforma da Previdência anima setor da indústria no Brasil

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) está na expectativa de que, com a aprovação das Reformas da Previdência e Tributária, a indústria brasileira volte a crescer

CLEUSA DUARTE  
REPÓRTER

**H**oje é o dia da Indústria ou setor secundário. As homenagens são destinadas aos espaços de produção para as economias nacionais, estaduais e municipais. Porém nos últimos anos, não temos muito a comemorar e a expectativa da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) é de que as Reformas da Previdência e Tributária sejam logo aprovadas para que o Brasil volte a crescer.

De acordo com a FIEB, a produção física da Indústria de Transformação da Bahia (PIM - PF) registrou queda de 0,4% em março de 2019, no acumulado de 12 meses, ocupando a 7ª posição no ranking dos quatorze estados que participam da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), abaixo do Rio Grande do Sul (6,7%), Paraná (4,0%), Santa Catarina (3,7%), Pernambuco (3,3%), Rio de Janeiro (1,9%) e Ceará (-0,1%). Registraram quedas mais acentuadas que a Bahia os seguintes estados: São Paulo (-0,9%), Minas Gerais (-0,9%), Mato Grosso (-1,4%), Espírito Santo (-2,4%), Amazonas (-2,6%), Goiás (-4,1%) e Pará (-11,3%).

Na média, a Indústria de Transformação brasileira ficou estagnada em março de 2019 (0%). Em relação à Indústria de Transformação baiana, seis dos onze segmentos analisados apresentaram queda no período analisado: Informática (-9,3%), Couro e Calçados (-7,0%), Produtos Químicos (-5,7%), Celulose e Papel (-3,7%),



### BALANÇO

A produção física da Indústria de Transformação registrou queda de 0,4% em março de 2019

Alimentos (-1,2%) e Borracha e Plástico (-1,0%). Apresentaram crescimento: Metalurgia (10,7%), Bebidas (10,0%), Refino de petróleo e biocombustíveis (1,5%) - setor que representa 29,1% do VTI da Indústria de Transformação baiana, vide gráfico em anexo -, Veículos automotores (0,5%) e Minerais não metálicos (0,5%).

Na comparação de março de 2019 com igual mês do ano anterior, a produção física da Indústria de Transformação baiana caiu 7,2%, enquanto a indústria nacional apresentou retração de 4,9%. Oito dos onze segmentos apresentaram queda na produção: Equipamentos de Informática (-43,5%), queda da produção de computadores pessoais de mesa, DVD/Home thea-

ter, e laptops/notebooks), Veículos Automotores (-32,5%), automóveis, bancos, silenciosos para automóveis, painéis para instrumentos e peças para suspensão), Borracha e Plástico (-9,3%), peças e acessórios de plástico automotivos, motocicletas e bicicletas, pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus e caixas d'água, cisternas e piscinas), Couro e Calçados (-9,1%), tênis de material sintético, calçados masculinos de plástico moldado, calçados infantis de plástico moldado e calçados femininos de material sintético), Refino de petróleo e biocombustíveis (-8,0%), gasolina automotiva, querosene de aviação, óleos diesel e parafina), Alimentos (-7,6%), carne bovina, farinha de trigo, leite em

pó e biscoitos/bolachas), Produtos Químicos (-4,6%), amoníaco, ureia e adubos/fertilizantes) e Celulose e Papel (-1,3%), pasta química de madeira e papel para uso na escrita). Apresentaram crescimento os segmentos: Metalurgia (49,8%), barras, perfis e vergalhões de cobre, fios/ligas de cobre refinado), Bebidas (16,5% cerveja, chope e água mineral) e Minerais não metálicos (8,8%, cimento "Portland", elementos pré-fabricados para construção civil de cimento e massa de concreto).

Na relação do acumulado de janeiro a março de 2019, com igual período de 2018, a Indústria de Transformação baiana registra queda de 3,9% (contra queda de 1,4% da indústria nacional).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Coluna Esplanada
Data: 27/05/2019	Página: 06

# Tribuna

## Acorda, ministro

- Está cada vez pior o clima entre o Ministério da Justiça e o Palácio, com ministros no cangote de Sérgio Moro alertando sobre os riscos das decisões do Grupo de Trabalho para reduzir a carga tributária do cigarro, na esteira do debate sobre o contrabando.



Sérgio Moro

## Pegou mal

- Na ponta do problema, nos bastidores, está a Souza Cruz, a maior fabricante do País. O comentário no MJ é que eventual decisão a favor dos cigarros – que causam prejuízo de R\$ 57 bilhões/ano na Saúde – será barrada no Palácio e no Ministério da Economia, que precisa arrecadar, e não abrir mão de impostos sobre um setor tão problemático.



27/05/2019 - 05:00

## Com novo relatório, "folga" do teto de gastos vai a R\$ 35,5 bilhões

Por Fabio Graner

Com a redução de mais R\$ 2,2 bilhões nas despesas autorizadas neste ano, a equipe econômica trabalha com uma "folga" da ordem de R\$ 35,5 bilhões no teto de gastos para este ano. Desde o início de vigência a limitação estabelecida por emenda constitucional, em 2017, o governo tem sempre ficado abaixo do valor autorizado.

Para se ter ideia, a diferença prevista no relatório é maior do que o volume que a União terá que pagar à Petrobras pela revisão do acordo de cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal em 2010.

A margem do teto de gastos neste ano pode ser ainda maior se os ministérios usarem menos do que o autorizado, o chamado "empoçamento", algo que acontece em todos os anos. Por outro lado, ela pode acabar sendo praticamente toda consumida se a dívida da União estatal, de R\$ 33 bilhões, for paga neste ano.

A "folga" da despesa primária em relação ao teto prevista para este ano se dá devido ao risco de descumprimento da meta de déficit primário, de R\$ 139 bilhões. Como as receitas projetadas estão abaixo do necessário para o alcance desse alvo, o governo teve que fazer um contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões em março e reforçar com um corte de mais R\$ 2,1 bilhões em despesas agora em maio.

Nesse quadro, o governo agora projeta R\$ 97,6 bilhões de despesas discricionárias para este ano - situação que já se mostra bastante complicada em algumas pastas. "Não conseguimos chegar ao fim do ano com este nível de contingenciamento. Ou seja, essa folga não pode ser permanente", disse uma fonte do governo. Apesar do quadro apertado das despesas discricionárias, a equipe econômica rejeita a ideia de rever a meta de déficit para o ano. A ideia chegou a circular, mas no contexto da necessidade de se viabilizar o pagamento à Petrobras, e tem forte rejeição do ministro Paulo Guedes.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, apesar de a combinação de regras fiscais não estar sendo eficaz para reequilibrar as contas públicas, a revisão da meta de resultado primário não seria o caminho mais adequado no momento e poderia até causar danos, como elevação de juros no mercado.

"A meta de primário de fato perdeu um pouco de sentido no contexto do teto de gastos, mas mexer nas regras fiscais agora não ajudaria. O que é preciso é atuar para reverter a alta dos gastos obrigatórios, principalmente de pessoal, e elevar as receitas, especialmente por ações exógenas que ajudem na retomada da economia", disse Salto, lembrando que a reforma da Previdência, se aprovada, deverá ter pouco impacto fiscal nos seus primeiros anos de vigência.

Salto diz que o teto foi criado com uma margem elevada no curto prazo e só se tornará uma restrição fiscal mais forte a partir de 2023.

Um especialista em contas públicas que pediu anonimato considera que a situação fiscal justificaria rever a meta de resultado primário, dando um pouco mais de fôlego para os gastos discricionários. "Meta de primário com teto de gastos não faz sentido", diz. Mas esse interlocutor pondera que a dificuldade do governo no Congresso não recomenda encaminhar esse assunto. "O governo já está com dificuldade de aprovar o crédito da regra de ouro, mudar a meta fiscal, então...", comentou, referindo-se à proposta de crédito de R\$ 248 bilhões para cumprir a regra que veda ao governo se endividar para pagar gastos correntes, em tramitação no Congresso.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 27/05/2019	Caderno: Economia



# Entenda o que é ICMS e como o imposto é calculado

**Pablo Santana, especial para o Estado**

27 de maio de 2019 | 09h00

O **ICMS**, sigla para **Imposto** sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, é um dos principais tributos brasileiros, tendo sua **base constitucional** no artigo 155, que prevê aos Estados e Distrito Federal a competência de instituí-lo.

Qualquer pessoa, física ou **jurídica**, que participa da cadeia de circulação e compra de um produto ou serviço é contribuinte do ICMS, porque ele é cobrado de maneira indireta, o que significa que o valor do imposto é adicionado ao preço final do bem adquirido.

Quase todas as operações comerciais têm incidência de ICMS: compra de **mercadorias** como alimentos, eletrodomésticos, bebidas, roupas, combustível, contratação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios, prestação de serviços de telecomunicação e entrada de mercadoria importada, independentemente da sua finalidade.

De acordo com Breno Vasconcelos, professor e pesquisador de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apesar de conter a palavra serviço no tributo não são todas as operações desse tipo que têm incidência do ICMS. Serviços como operações com livros, jornais, periódicos, operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias - tanto produtos primários quanto industrializados - ou serviços e operações que transfiram a propriedade de estabelecimento industrial, comercial, além de operações com ouro, são exemplos de transações não tributadas pelo imposto.

## **Como o ICMS é calculado**

O valor do ICMS da mercadoria será o resultado do preço do produto multiplicado pela alíquota praticada no Estado de origem.

Por se tratar de um imposto regulamentado de forma diferenciada em cada Estado, o valor da tributação num determinado produto ou serviço varia de acordo com a tarifa estabelecida pela unidade federativa, ou seja, antes de calcular a incidência do imposto sobre o produto é necessário saber com qual alíquota o Estado de origem trabalha.

Além do custo variável de tributação devido às diferenciações de alíquotas nos Estados, em determinados produtos, como energia elétrica, **bebidas** e **cigarros**, o ICMS pode ser seletivo, tendo taxa superior à aplicada aos demais bens e serviços.

Outra característica do ICMS é seu caráter não cumulativo, o que impede que o imposto seja recolhido mais de uma vez sobre a mesma operação. Este sistema de “débito e crédito” leva em consideração a aquisição de bens ou serviços já tributados pelo imposto em etapas anteriores e reduz esse valor pago pelo contribuinte no montante final, como explica Vasconcelos.

“No Brasil, o ICMS funciona nessa lógica porque tudo o que eu compro e gasto para minha produção, eu tomo crédito. Com isso, só se tributa o valor que agrego à mercadoria na saída. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, onde as etapas de produção e comercialização são oneradas e o tributo é pago no ato da compra pelo consumidor final”, comenta.

## **Tipos de incidência de ICMS**

Grande parte da tributação referente ao ICMS é cobrada no Estado de origem da mercadoria ou serviço, com exceção dos derivados de petróleo e energia elétrica.

O imposto pode ser classificado como normal, seguindo a regra geral do cálculo, que integra o conjunto de impostos do Simples Nacional pago por empresas pelas guias do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), e por microempreendedores individuais por meio do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS); como ICMS de substituição tributária, que incide sobre algumas mercadorias e operações

interestaduais; e como ICMS diferencial de alíquota, que incide sobre a compra de mercadorias de outros Estados.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 27/05/2019	Caderno: Economia



# Governo quer mudar regra do teto de gastos

BRASÍLIA - O teto de gastos vai mudar para abrir caminho à partilha de recursos do pré-sal com Estados e municípios, diz ao **Estadão/Broadcast** o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. A equipe econômica vai enviar em breve uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para incluir entre as despesas livres do teto a divisão do bônus do megaleilão de petróleo, programado para este ano e que deve render R\$ 106,6 bilhões, e a repartição dos royalties de exploração dessas áreas por meio do Fundo Social do Pré-sal, num programa desenhado para durar 35 anos.

Sem essa mudança, o governo teria de cortar recursos de outras áreas para fazer os repasses sem descumprir a regra do teto, que limita o crescimento das despesas à inflação e tem servido de âncora fiscal em tempos de sucessivos déficits. Será a mesma PEC que vai permitir ao governo pagar R\$ 33,6 bilhões à Petrobras pela revisão do contrato de exploração do pré-sal firmado em 2010 sem que isso consuma espaço dentro do teto.

Recurso. União quer que R\$ 33,6 bi que serão pagos à Petrobrás fiquem de fora do teto Foto: Wilton Junior/Estadão

O teto possui hoje apenas quatro exceções: algumas transferências a Estados e municípios, créditos extraordinários (feitos para gastos imprevisíveis), gastos com eleições e aumento de capital de empresas. Agora, será necessário criar outras três excepcionalidades para viabilizar o plano de descentralização de recursos empreendido pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Eu não tenho espaço no teto suficiente para essas transferências. São três excepcionalidades novas. Se não, consome nosso espaço”, explica Waldery. Ele se

mostra otimista com a perspectiva de aprovação da PEC, que requer o apoio de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa. A garantia ao pagamento à Petrobras também é tida como essencial para o sucesso do megaleilão.

“Há uma convergência de interesses, todo mundo quer. Pode-se discutir o quantitativo (da divisão), mas a direção é de aprovar. As duas Casas querem, os presidentes, as lideranças, é um ponto em comum”, afirma o secretário.

O tamanho da divisão dos recursos é justamente o tema das discussões da equipe econômica com governadores e com o Congresso Nacional. A principal repartição que deve ocorrer ainda em 2019 é a do bônus de assinatura do leilão.

Governadores e lideranças no Congresso já falam em uma fatia maior que 30% do bônus para Estados e municípios, mas Waldery alerta que a União ainda tem déficit e não pode abrir mão de muitos recursos no curtíssimo prazo.

“É uma decisão política e técnica. A decisão é de dividir sim, uma parte pequena. Não é os 30%, não é a orientação que temos, por conta dessa situação em fiscal em 2019”, diz o secretário. Ele lembra que o governo já precisou contingenciar mais de R\$ 30 bilhões no Orçamento devido à frustração na arrecadação. “Isso daqui (bônus) é uma âncora para resolver o meu caso. Eu não posso passar muito (para Estados e municípios), se não eu não fico bem na minha posição fiscal.”

A partir de 2020, porém, entra em cena o Plano de Fortalecimento de Estados e municípios (PFE), que terá duração de 35 anos e vai transferir para os governos regionais recursos que hoje integram o Fundo Social e são apenas da União. Esses repasses também começarão em porcentual menor, ainda em discussão, mas crescerão até chegar a 70% antes desses 35 anos, informa o secretário.

“Começa baixo, mas vai crescendo e cresce a um ritmo forte, tanto em termos de porcentual quanto em termos absolutos, porque vai entrar muito recurso para o Fundo Social”, explica. Neste ano, o Fundo Social deve receber R\$ 16,8 bilhões, sem contar os recursos do leilão, um valor que aumentará com o passar dos anos.

O secretário garante que o objetivo da equipe econômica é chegar a um “novo patamar” de transferência de recursos para Estados e municípios, mas de maneira gradual e responsável diante do estresse fiscal a que todos estão submetidos. Além da divisão do Fundo Social, ele cita o plano que vai conceder R\$ 10 bilhões ao ano até 2022 em garantias a novos empréstimos para Estados e municípios com dificuldades de caixa, em troca de medidas de ajuste. É o chamado de Plano de Estabilização Fiscal (PEF), cujo projeto deve ser enviado já nesta semana ao Congresso.

“Se contar um conjunto de medidas, aí nesse sentido a gente pode sim caminhar para um novo patamar. Mas é num conjunto de medidas, não é tomar apenas o bônus de assinatura e nele colocar todo o esforço. Seria uma solução indevida, porque a União está fortemente deficitária”, afirma.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Opinião / Editorial
Data: 27/05/2019	Página: A2

## FOLHA DE S.PAULO

### *Pacote paulista*

Com o anúncio de um amplo programa de incentivos setoriais, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), busca se posicionar na liderança de uma agenda de produtividade e geração de empregos.

A fase inicial do programa identifica 11 polos de desenvolvimento econômico, que concentram 75% da produção industrial do Estado. Promete-se uma melhor coordenação de esforços entre governo e setor privado, com vistas a identificar falhas que prejudicam o funcionamento do mercado e a otimizar as políticas públicas.

Estão nesse rol medidas de desburocratização, simplificação regulatória e tributária, melhoria de infraestrutura e incentivo a pesquisa e tecnologia. Em até dois meses serão divulgados os detalhes para cada polo, além de um plano de modernização industrial.

Embora os objetivos pareçam em geral meritórios, ainda mais diante do desemprego que atinge cerca de 3,7 milhões de residentes no estado, há motivos de preocupação.

A escolha dos setores, em primeiro lugar, sempre pode resvalar em privilégios e acesso favorecido, como a experiência brasileira demonstra com fartura de exemplos. O maior risco, porém, reside nos incentivos econômicos diretos.

A concessão de financiamento em condições especiais e também

de incentivos tributários para investimentos pode significar o acirramento da guerra fiscal entre as unidades da Federação.

Doria e seu secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, alegam que São Paulo não está competindo com outros estados nem repetindo o padrão de desonerações sem contrapartidas de governos anteriores —na medida em que o tratamento favorecido valeria apenas para produção incremental.

Separar o que representa produção antiga e o que decorrerá do novo investimento, contudo, não é trivial. Recorde-se, ademais, que a administração paulista já promoveu reduções recentes da taxa do ICMS, como a incidente sobre o querosene de aviação.

Não se pode desconsiderar, nesse contexto, o perigo de alimentar conflitos e disputas irracionais por investimentos. Por um ângulo mais otimista, a ofensiva do estado mais rico do país, que historicamente manteve postura mais contida, talvez possa reforçar um alinhamento de todos os entes em favor de uma reforma tributária.

Mais que estímulos pontuais de eficácia duvidosa, o setor produtivo nacional precisa com urgência de um sistema de impostos mais simples e estável, que não distorça decisões empresariais nem gere um enorme contencioso judicial.